LUDOTERAPIA ALIADA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS

FLAVIA FERREIRA DE ARAUJO

RESUMO
A consolidação da criança como sujeito de direitos representa um marco jurídico e social importante, mas sua efetivação ainda enfrenta desafios, sobretudo no campo da educação inclusiva. Apesar dos avanços legais e da ampliação do acesso à escola, muitas crianças, especialmente as neuro divergentes, continuam sem condições adequadas para um desenvolvimento pleno. Um exemplo são as crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), cuja prevalência vem crescendo nas últimas décadas, e se caracteriza como uma condição do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento, com uma ampla variedade de sintomas e gravidade do transtorno, variando de indivíduo para indivíduo tornando-se um importante desafio para a escola à medida que exige práticas pedagógicas adaptadas, formação docente e apoio multidisciplinar. Nesse cenário, a ludoterapia mostra-se uma ferramenta potente de apoio ao desenvolvimento das crianças com TEA, pois, ao validar o brincar como forma de expressão, possibilita avanços na comunicação, na interação social e no desenvolvimento socioemocional. Portanto, a ludicidade deve ser compreendida como pressuposto pedagógico fundamental para uma educação mais equitativa, que reconheça a diversidade como riqueza, ampliando a maneira de pensar a educação para a infância. Assim, a pesquisa, de caráter bibliográfico, discute o percurso histórico da inclusão, as especificidades do TEA e a relevância da ludoterapia como estratégia de apoio ao processo de ensino- aprendizagem e de fortalecimento do direito à educação.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Transtorno do Espectro Autista. Ludoterapia. Direito à educação.

1. INTRODUÇÃO

O atual modelo de sociedade em que vivemos, através de avanços e desafios no mundo do Direito, consolidou, pelo menos juridicamente, a criança como Sujeito de Direitos. Essa noção de criança portadora de direitos, e o reconhecimento de suas necessidades especificas percorreu um longo caminho, desde a ideia da não necessidade até a mobilização por proteção e do direito de a criança crescer e se desenvolver-se plenamente, longe de abusos e discriminações.

Contudo, apesar do aparato legal que protege as crianças, nem sempre elas encontram uma família, uma escola e um ambiente social saudável, que permita a elas vivenciarem suas infâncias com liberdade e estímulos. Mais difícil ainda quando se trata de crianças neuro divergentes, aquelas acometidas por algum transtorno ou deficiência que afeta seu desenvolvimento, cujas necessidades são maiores e mais específicas.

É certo que a democratização do ensino ampliou a oferta de vagas nas escolas e houve um aumento considerável de vagas em creches e ainda tornou obrigatório a Educação Infantil. Contudo, consolidar os direitos das crianças continua sendo um importante desafio para as famílias, escolas, comunidades e poder público, sobretudo, o direito a educação inclusiva. Portanto é de fundamental importância que a sociedade busque avançar no cuidado e proteção das crianças, pensando no presente e no futuro.

Nesse sentido a presente pesquisa tem como objetivo destacar alguns avanços em relação a educação inclusiva, pensar a importância de inclusão de crianças com TEA (transtorno do espectro autista) e das terapias ou estratégias que contribuem para o desenvolvimento das habilidades dessas crianças, a fim de reduzir os prejuízos sociais, cognitivos e de comunicação, e garantir o direito a educação.

Atualmente o TEA (Transtorno do Espectro Autista) é um distúrbio do neurodesenvolvi-

mento que afeta 1 a cada 31 crianças nascidas segundo dados recentes do CDC/ADDM (2022), e cuja prevalência tem preocupado educadores e professores, principalmente por englobar uma diversidade de comportamentos específicos, além de comorbidades associadas.
Diante desse cenário, pretende-se investigar como a ludoterapia pode ser aliada no processo de inclusão das crianças com TEA não apenas no contexto terapêutico clínico, mas também no contexto escolar, pois, como afirma (Mendonça, 2020), as práticas lúdicas no processo inclusivo do autista na Educação Infantil podem promover desenvolvimento psicomotor, socialização e aprendizagem, desde que haja comprometimento de professores e uso de estratégias pedagógicas adaptadas. Sendo assim, a ludicidade é um pressuposto para o desenvolvimento de crianças com TEA.

A pesquisa será uma revisão bibliográfica e reflexiva sobre o tema, com a intenção de ajudar o leitor a se apropriar do contexto histórico da inclusão, das principais características do TEA (transtorno do espectro autista), e de alguns caminhos possíveis para favorecer a aprendizagem e desenvolvimento e reduzir os prejuízos educacionais para essas crianças.

2. POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A defesa do direito das pessoas com deficiência, bem como o interesse em integrá-las a sociedade surgiu de movimentos e iniciativas que se refletiram na sociedade e na educação ao longo dos séculos. Se por um lado o preconceito sempre existiu, por outro lado algumas iniciativas mudaram o curso da história.

No Brasil, até meados do século XX, as iniciativas voltadas à educação de pessoas com deficiência eram isoladas, movidas por esforços individuais de famílias, profissionais da saúde e da educação. A partir da década de 1950, com o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, o país passou a estruturar políticas públicas voltadas à inclusão, a exemplo temos a Lei nº 5.692/1971, que ao reformular as Diretrizes e Bases da Educação Nacional que reconheceu oficialmente o direito dos deficientes a um tratamento educacional especial.

Na década de 1980, Tratados mundiais e Declarações de Direitos passaram a defender a inclusão em larga escala. Em 1985, por exemplo, a Assembleia Geral da ONU instituiu o Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência, recomendando que, sempre que pedagogicamente possível, o ensino ocorra no sistema educacional regular.

Em 1988, a Constituição Federal consolidou a ideia de Educação como Direito de todos e Dever do Estado e da família (art. 205), com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho e reforçou esse compromisso, ao prever a criação de programas de prevenção e atendimento especializado, a eliminação de barreiras arquitetônicas e a garantia de acesso aos bens e serviços públicos (art. 227).

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reiterou o direito de todos os menores — com ou sem deficiência — a uma educação que respeite suas especificidades.

A Declaração de Salamanca (1994), documento de referência internacional, fortaleceu a concepção de escolas inclusivas como espaços eficazes no combate à discriminação e na promoção da equidade.

Mais recentemente a Lei nº 12.764/2012 que Instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que em seu art. 3º, inciso V garante ao autista o acesso a Educação e ao ensino profissionalizante e a Lei 13.145/2015 que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão) destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e ci-

dadania.

Com o avanço na legislação e o reconhecimento de que pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos que as demais de acesso à educação, a inclusão de sujeitos deficientes na escola se tornou um importante desafio. Não há, portanto, que se discutir o direito ao acesso a uma educação de qualidade, mas sim, encontrar soluções que permitam a permanência desses indivíduos na escola, e sobretudo, a participação efetiva no processo de ensino-aprendizagem e, o respeito as suas individualidades e especificidades.

Contudo, o desafio é grande porque as diferenças desestabilizam a estrutura da escola existente. Isso se dá pelo fato de a escola conceber um modelo escolar uniforme, por um esforço de ordenar os seres humanos para o mundo do trabalho e para a vida, com a tendência de recusar o conflito que advém do imprevisível, negando e desvalorizando a diferença.

Mazzota, 2019, p. 48 nos alerta que:

As instituições escolares, ao reproduzirem constantemente o modelo tradicional, não apresentam condições adequadas para enfrentar os desafios da inclusão nem para promover o acolhimento às diferenças, aprendizagens fundamentais para a vida em sociedade.

Igualar os indivíduos e esperar deles o mesmo resultado, desconsiderando as diferenças não apenas reforça a segregação, como contribui para o desprezo do potencial educativo dos estudantes neuro atípicos, reforçando a discriminação.

Atualmente, essa visão excludente é conceituada como capacitismo, entendido como uma forma de discriminação contra pessoas com deficiência, baseada na crença de que seriam inferiores ou incapazes, por destoarem de um padrão considerado normal.

Entretanto, é a escola que ao mudar, ajuda a modificar as estruturas sociais. Quando a escola muda, os indivíduos que a frequentam mudam e a sociedade também se modifica. Quando a escola aceita as diferenças, e compreende a inclusão como um movimento mais amplo, de uma sociedade de direitos que exige mecanismos equitativos no atendimento, todos ganham. O esforço da escola sempre reflete na sociedade.

Sobre o papel relevante da escola MELLO, 1997, p.14 assinala:

É através da escola que a sociedade adquire, fundamenta e modifica conceitos de participação, colaboração e adaptação. Embora outras instituições como a família ou igreja tenham papel muito importante, é da escola a maior parcela. Isto torna a questão da inclusão do deficiente na escola uma questão decisiva.

Portanto, a escola inclusiva é aquela que reconhece e valoriza as potencialidades de cada indivíduo ainda que enfrente desafios constantes diante da diversidade. É papel da escola compreender que, dentro das especificidades de cada sujeito, é necessário criar condições para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, afetivas, motoras, de autonomia e de socialização.

Mais do que garantir o acesso, a escola precisa assegurar a permanência e a participação efetiva dos estudantes com deficiência, promovendo práticas pedagógicas que respeitem suas singularidades e combatam o capacitismo. Dito isto, a inclusão escolar deve ser entendida não como concessão, mas como um direito inalienável, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Assim, ao assumir o compromisso com a equidade e com a valorização das diferenças, a escola se torna um espaço de transformação social, no qual todos aprendem com todos, e a diversidade passa a ser reconhecida como condição constitutiva da vida em sociedade

2.1. Transtorno do espectro autista (TEA) e sua inclusão no ambiente escolar.

Com as pautas de discussão dos direitos dos indivíduos com alguma deficiência e da educação inclusiva, muitos distúrbios ou transtornos de desenvolvimento tem se evidenciado, entre eles o Autismo, cuja sigla TEA define melhor a condição (transtorno do espectro autista) cuja prevalência tem aumentado bastante.

A privação de direitos e a exclusão social de indivíduos com algum transtorno ou deficiência que prevaleceu durante muito tempo, certamente contribuiu para mascarar os números, como por exemplo, as escolas de educação especial, consideradas especializadas no atendimento aos deficientes, que por muito tempo ficaram incumbidas de atender esses estudantes de forma exclusiva, com a intenção de cuidar e educar, mas que de certa forma contribuíram para afastá-los do convívio social mais amplo.

O atendimento em escolas especializadas constitui empecilho à melhor aceitação das pessoas com deficiência pela sociedade, pelo fato de segregá- las e de mostrá-las como seres deficientes que necessitam de ajuda ou caridade. (MAZZOTA, 1996, p.144)

Contudo, a obrigatoriedade dessas crianças e adolescentes frequentarem a escola regular, trouxe um impacto grande e difícil, mas, sobretudo positivo, como o aumento da conscientização sobre o transtorno, possibilidades de tratamento e de diagnóstico precoce e, gradualmente o tabu que existia sobre o TEA, deu lugar para mais informação e conhecimento.

A partir das políticas públicas de inserção social, a notificação da prevalência de casos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) ganhou relevância.

Pesquisas recentes, por exemplo, apontam que, em abril de 2025, a prevalência do TEA foi estimada em 1 criança para cada 31 nascidas, segundo dados do Center for Disease Control and Prevention (CDC). Em comparação, no ano de 2000, estimava-se 1 caso para cada 150 crianças nascidas, evidenciando uma tendencia de crescimento expressivo de diagnósticos registrados.

O CDC atribui parte desse aumento não necessariamente a um crescimento real na incidência, mas a fatores como maior conscientização, melhor detecção, ampliação dos critérios diagnósticos e melhoria no registro de casos.1

Diante do crescimento de casos de autismo, torna-se factível refletir sobre o impacto social e político do aumento de crianças autistas, especialmente no que diz respeito às políticas públicas voltadas para saúde, educação e assistência social, que precisam ser continuamente ampliadas e adaptadas para atender às especificidades das pessoas com TEA.

Nas escolas públicas, esse impacto é perceptível. Os profissionais da educação, muitas vezes, identificam sinais do transtorno desde a primeira infância e orientam as famílias para que busquem o diagnóstico cada vez mais cedo. Esse diagnóstico é fundamental, pois não apenas possibilita intervenções adequadas, como também garante, em alguns casos, o direito à presença de um cuidador ou auxiliar de classe, além do direito ao atendimento especializado (AEE) em contraturno. Além disso, orienta práticas pedagógicas inclusivas, adaptações curriculares e o desenvolvimento de estratégias que favorecem a aprendizagem e a socialização dessas crianças.

2.1.2. Características do Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O TEA (Transtorno do espectro autista) é uma condição adversa do neurodesenvolvimento, caraterizado por dificuldades na comunicação social e comportamentos repetitivos, hiperfoco baseados em interesses restritos, adesão rígida a rotinas ou rituais.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode

estar associado a diversas comorbidades, como deficiência intelectual, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), ansiedade, entre outras (KHACHADOURIAN et al. 2023).

No transtorno do espectro autista cada indivíduo é único, pela diversidade de características e de suportes, nesse sentido, a necessidade de abordagens terapêuticas é essencial para o desenvolvimento dessas crianças.

Crianças a adultos com TEA exibem dificuldades em compreender e utilizar comportamentos não verbais, como o contato visual e as expressões faciais e gestos. Tais dificuldades podem levar a mal-entendidos sociais e desafios em manter relações interpessoais. A tríade de déficit na interação social, comunicação e comportamento é central no diagnostico do TEA, e a presença dessas características podem variar entre os indivíduos. (OLIVEIRA, 2021, p.15).

Entre as manifestações mais comuns do Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacam-se características relacionadas à percepção sensorial, à comunicação, ao comportamento e à interação social.
De acordo com o DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014),
crianças com TEA podem apresentar hipersensibilidade sensorial, alterações emocionais diante de mudanças na rotina, movimentos corporais repetitivos (estereotipias) e apego incomum a objetos específicos. O paladar excessivamente sensível pode resultar em seletividade alimentar.
Alterações emocionais diante de mudanças na rotina também são recorrentes, e as estereotipias podem ser as mais variadas, como balançar o corpo para frente e para trás, balançar as mãos, correr indo e vindo sem destino claro, girar objetos ou em volta do próprio corpo, andar nas pontas dos pés, roer unhas sem parar, cruzar e descruzar as pernas muitas vezes, fazer sons repetitivos ou repetir sílabas sem parar, estalar os dedos, entre outros que entre outras condições podem ser um movimento de autorregulação ou controle de ansiedade.
Na comunicação a criança pode apresentar dificuldades para iniciar ou manter conversas sociais, preferência por gestos em detrimento das palavras, atraso no desenvolvimento da linguagem, ecolalia e repetição de trechos previamente memorizados (TEIXEIRA; SILVA, 2023).
A interação social da criança pode ser significativamente impactada, manifestando-se por dificuldades no contato visual, desinteresse em estabelecer amizades, pouca participação em jogos coletivos, retraimento, preferência por brincar sozinho e resistência em se envolver em atividades simbólicas ou de faz de conta (CUNHA, 2024).

Podem ocorrer acessos de raiva intensos, baixo interesse por determinadas atividades, comportamento hiperativo ou, em contraste, excessivamente passivo, assim como episódios de agressividade dirigida a si mesmo ou a outras pessoas (COSTA; LIMA, 2022).

A compreensão de que indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) necessitam de diferentes níveis de suporte implica o preparo adequado de seus educadores. As complexidades próprias do transtorno demandam, em alguns casos, formação e treinamento específicos voltados ao manejo comportamental, bem como a consciência de que o TEA não desaparece com o tempo.

Embora possam ocorrer avanços significativos nos âmbitos cognitivo, social e comportamental, é comum que muitos desafios persistam ao longo da vida, inclusive na idade adulta. Esse cenário reforça a necessidade de acompanhamento contínuo e de estratégias educativas e terapêuticas consistentes, capazes de promover o desenvolvimento, a autonomia e a qualidade de vida de pessoas com TEA (SANTOS; MORAES, p. 19, 2022).

Sendo assim, a escola não caminha sozinha para incluir crianças com TEA. Pelo amplo espectro e os desafios que esse transtorno impõe a educadores e professores, o acesso a formação e a equipamentos, bem como terapias complementares são aliados

ao melhor atendimento do educando, pois como é sabido, não basta dar acesso, é preciso garantir a permanência e qualidade no atendimento desses estudantes.

Nesse sentido, a ludicidade é um importante aliado, pois através das brincadeiras as crianças se apropriam e recriam o mundo em que vivem ampliando a comunicação e acalmando as emoções. E, a ludoterapia pode servir como importante ferramenta no aprendizado e desenvolvimento dessas crianças como veremos a seguir.

2.2. LUDOTERAPIA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZADO

Considerando as dificuldades comunicativas e de interação presentes do diagnóstico de autismo (TEA), é sabido que essas características trazem um prejuízo social para o desenvolvimento dos pequenos.

A dificuldade de comunicar-se pode gerar outros desafios, pois a criança, ao não conseguir expressar o que sente ou o que deseja poderá entrar em crise, gerando choros, ansiedade, gritos e agressividade. Em ambiente escolar esses desafios tornam-se muito expressivos e podem contribuir para a discriminação da criança quando os profissionais não sabem lidar, ou quando a criança não tem apoio institucional ou de saúde.

Por essa razão, é muito importante a rede de apoio da criança com TEA, como o atendimento educacional especializado (AEE) e acesso a terapias no sistema de saúde. Profissionais como psicólogos, psicopedagogo, neurologista são a rede de apoio da criança, da família e da escola. No contexto terapêutico a ludoterapia é uma forte aliada para o desenvolvimento emocional dessas crianças e no contexto educacional um suporte para que as crianças vivenciem o mundo através das brincadeiras e dos jogos.

A ludoterapia é uma dessas abordagens e pode ser uma ferramenta psicopedagógica que facilita a expressão emocional e a aquisição de habilidades sociais e cognitivas das crianças com TEA. Não apenas das crianças com TEA, mas também pode contribuir para a promoção de práticas inclusivas e acolhedoras no ambiente escolar e familiar (FERREIRA; LIMA, p.89, 2018).

No contexto terapêutico tanto o psicólogo como o psicopedagogo utilizam o brincar para favorecer a aprendizagem, a socialização e o bem-estar emocional, especialmente de crianças que apresentam dificuldades comportamentais, emocionais, cognitivas ou sociais.

Esses profissionais, em ambiente terapêutico permitem que a criança expresse seus sentimentos, medos, desejos e conflitos por meio do jogo e da brincadeira e muitas vezes, aquilo que ela não consegue colocar em palavras é revelado na ação lúdica, a partir dessa observação o terapeuta faz a mediação sem ser invasivo, ajudando a criança a elaborar emoções e habilidades a partir dos enredos que criou.

Na Ludoterapia o psicoterapeuta se comunica com a criança, em um encontro real e único, de acolhimento às necessidades infantis e oferecimento de um espaço de suporte às dificuldades. (MISHIMA, 2024)

Assim, a ludoterapia pode ajudar as crianças a serem psicologicamente livres e a crescer de maneiras mais criativas e construtivas (Vasconcelos; Souza, 2022).

O jogo e a brincadeira, são formas naturais da criança apropriar-se do mundo, por essa razão funcionam como um facilitador da comunicação da criança autista, sendo uma importante ferramenta que as ajuda a encontrar formas de comunicar seus sentimentos e emoções.

Isso quer dizer que, como abordagem terapêutica, a ludoterapia tem se firmado como um programa de intervenção precoce, e tem se mostrado eficaz ao desenvolver habilidades sociais, comunicativas e comportamentais em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), promovendo avanços signifi-

cativos em seu desenvolvimento e qualidade de vida, sendo um importante aliado na inclusão das crianças no contexto escolar. O benefício advindo dessa terapia será refletido em sala de aula, pois, irá favorecer autoconhecimento, autoestima, expressão de sentimentos, elaboração de conflitos e desenvolvimento socioemocional.

Na escola, a ludoterapia nos ensina que quando tratamos a infância devemos validar os jogos e brincadeiras como meios de aprendizagem, pois quando a criança brinca, seja o brincar dirigido ou espontâneo, mesmo sem a verbalização direta, a criança expressa suas emoções e dificuldades.

Através da ação de brincar as crianças apresentam sentimentos, problemas e dificuldades em enredos, que precisam ser resolvidos. Ao gesticular e montar discursos dentro das situações brincantes, a criança consegue comunicar-se consigo mesma e com os demais de forma mais efetiva, ampliando sua comunicação.

Na escola o ato de brincar vai estimular criatividade, linguagem, raciocínio lógico, coordenação motora, resolução de problemas e trabalho em grupo das crianças, além de melhorar a comunicação entre pares, reduzir comportamentos agressivos ou de retraimento e aumentar a motivação para aprender.

A brincadeira tem a função de favorecer a inclusão de crianças com dificuldades de aprendizagem ou necessidades específicas, e ajudar professores a compreender melhor os alunos e suas necessidades emocionais.

Não apenas na educação infantil, mas também na alfabetização a ludoterapia, quando associada a estratégias complementares, favorece a aprendizagem de leitura significativa em crianças com TEA, permitindo que elas criem e recriem estratégias de aprendizagem, atribuindo sentido ao que leem (SILVA, 2021).

Para incluir uma criança com TEA é necessário ajustar o currículo e o ambiente físico e pedagógico, assegurando que o espaço seja acessível, acolhedor e capaz de favorecer o desenvolvimento integral dos alunos. Nesse sentido, o ambiente e as estratégias funcionam como suportes contínuos.

Atividades como jogos simbólicos (faz de conta, histórias, dramatizações), jogos de regras (memória, dominó, tabuleiros), atividades artísticas (desenho, pintura, modelagem, música) e brincadeiras coletivas (roda, circuito, dinâmicas) são importantes aliados na inclusão de crianças com TEA e no desenvolvimento de todas as crianças devendo ser componentes do currículo inclusivo.

Na educação infantil em que o brincar já é parte da rotina, ambientes estruturados, acolhedores, cantinhos de brincar enriquecidos com brinquedos que favoreçam o enredo. O ambiente, o brinquedo e a brincadeira auxiliam a criança de forma espontânea e real a ser alguém e ocupar um espaço no mundo, eliminando barreiras e preconceitos, por isso aliada da inclusão.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso e a permanência das crianças atípicas na escola representam uma conquista legal significativa, porém a garantia da qualidade no atendimento continua sendo um desafio central para os sistemas de ensino. Embora haja um arcabouço jurídico que respalde a educação inclusiva, a efetivação desse direito ainda esbarra em lacunas estruturais, como a ausência de formação adequada de professores, a escassez de recursos materiais e pedagógicos, a falta de rede de apoio multiprofissional, bem como a insuficiência de salas de recursos e de ambientes devidamente adaptados. Esses fatores evidenciam que a inclusão, para além do aspecto legal, depende de investimentos contínuos em políticas públicas e práticas pedagógicas intencionais.

A compreensão de que a inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, voltados para a igualdade de direitos,

exige reconhecer que o princípio da equidade implica oferecer condições diferenciadas para os desiguais, de modo a possibilitar a todos iguais oportunidades de participação. No caso das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a presença crescente nos espaços escolares revela tanto o avanço nos diagnósticos quanto a necessidade de repensar as práticas pedagógicas, de forma a oferecer suporte adequado ao seu desenvolvimento social, emocional e cognitivo.

Nesse contexto, a ludoterapia desponta como recurso de grande relevância, uma vez que o brincar, como linguagem natural da infância, favorece a comunicação, a socialização e a expressão emocional das crianças com TEA. Todavia, apesar de reconhecida em pesquisas como ferramenta valiosa, sua aplicação ainda é limitada pela ausência de políticas públicas que a garantam como prática acessível e estruturada no âmbito escolar. Quando adotada pelas instituições que já avançaram na compreensão da educação inclusiva, a ludoterapia, aliada à formação docente e à intencionalidade pedagógica, tem se mostrado capaz de transformar a experiência escolar em espaço de aprendizagem, acolhimento e respeito à diversidade.

Portanto, pode-se afirmar que, embora os avanços normativos e conceituais sejam inegáveis, ainda não alcançamos plenamente a consolidação da inclusão com qualidade na educação básica. Nesse cenário, a ludicidade deve ser compreendida não como atividade complementar, mas como pressuposto pedagógico essencial, que fortalece a cidadania e o direito de todas as crianças a viverem suas infâncias em plenitude. Dessa forma, a ludoterapia, ao valorizar o brincar como linguagem natural da infância, contribui para que a escola se torne não apenas um espaço de ensino, mas também de acolhimento, respeito às diferenças e promoção da cidadania das crianças com TEA.

REFERÊNCIAS

AUTISMO EM DIA. Ecolalia no autismo: causas, sintomas e tratamentos. 28 mar. 2024. Disponível em: https://blog.autismoemdia.com.br/blog/ecolalia-no-autismo- causas--sintomas-e-tratamentos/. Acesso em: 28 set. 2025.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Autism and Developmental Disabilities Monitoring (ADDM) Network 2023 Community Report. Atlanta: CDC, 2023. Disponível em: https://www.cdc.gov/autism/data- research/index.html. Acesso em: 08 set. 2025.

COSTA, F.; LIMA, R. Comportamento emocional e regulação afetiva em crianças com Transtorno do Espectro Autista. Revista Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento, v. 10, n. 2, p. 89-105, 2022.

CUNHA, N. P. O autismo e a interação social da criança na sociedade contemporânea. Revista Tópicos, 2024. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/artigos/o-autismo-e-a-interacao-social-da-crianca-na-sociedade-contemporanea. Acesso em: 08 set. 2025.

FERREIRA, A. P.; LIMA, R. C. Ludoterapia: estratégias lúdicas no apoio ao desenvolvimento infantil. Revista Brasileira de Psicologia Infantil, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2018.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. Autismo: guia prático. 5 ed. São Paulo. AMA. Brasília: CORDE, 2007.

SILVA, L. S. da. O lúdico como caminho facilitador para a leitura de crianças autistas. Trabalho de Conclusão de Curso – UFPB, João Pessoa-PB, 2021. Repositório UFPB